



PROGRAMA SEGUNDO TEMPO EM SETE LAGOAS: PARTICIPAÇÃO DOS COORDENADORES NO CURSO DE CAPACITAÇÃO

Camila Fernanda Machado
Sheylazarth Presciliana Ribeiro

RESUMO

O Programa Segundo Tempo (PST) é uma ação do Governo Federal que funciona a partir dos seguintes eixos: firmar os convênios com entidades parceiras; contratação de recursos humanos; compra de materiais e lanches; cursos de formação dos coordenadores e monitores de núcleo; organização dos espaços de funcionamento dos núcleos; acompanhamento e avaliação das ações do Programa e outras. Entre essas ações, os cursos de formação dos coordenadores e monitores de núcleos (denominados de Capacitação) acontecem em parcerias entre o Ministério do Esporte e grupos de avaliadores selecionados em universidades pelo país, denominadas Equipes Colaboradoras (ECs). Um dos objetivos das ECs é possibilitar que os coordenadores de núcleos participem da Capacitação e consigam relacionar as informações do curso com seu fazer cotidiano. O escopo desse artigo é verificar e analisar o nível de participação dos coordenadores de núcleo do convênio PST/Sete Lagoas na Capacitação oferecida pelas ECs. Como metodologia elencamos a revisão bibliográfica e entrevista com oito coordenadores de núcleo da cidade. As entrevistas foram transcritas e analisadas através da técnica de análise do conteúdo. No Município de Sete Lagoas constatamos que, quanto à participação dos coordenadores no curso, 75% dos entrevistados estavam presentes. E mesmo com a tentativa de garantir formas de repasse de informações, como as “vídeo-aulas”, constata-se que um coordenador não apresentou dados acerca de conhecimento que a capacitação aconteceria no município. Constatou-se que a questão principal que fragilizou a participação dos coordenadores de núcleo na Capacitação foi o processo de substituição de coordenadores gerando uma rotatividade de profissionais.

PALAVRAS-CHAVE: Políticas públicas de formação em esporte; Programa Segundo Tempo; Equipes Colaboradoras.

INTRODUÇÃO

A criação do Ministério do Esporte no ano de 2003 significou a ampliação de oferta de políticas públicas de esporte e lazer por parte da instância federal de governo. O Ministério¹ citado se organizou em secretarias para garantir os formatos dessas ações e, naquele ano, elas foram divididas em: Secretaria Nacional de Alto rendimento; Secretaria Nacional de Desenvolvimento do Lazer; Secretaria de Esporte Educacional; além da Secretaria de Administração. A Secretaria Nacional de Esporte Educacional naquele momento ficou

¹ Atualmente o Ministério do Esporte continua suas funções, contudo seu organograma foi alterado.



responsável pelas ações que se propunha, tendo como carro chefe o Programa Segundo Tempo (PST).

A Portaria Interministerial nº 3.497 de 24 de novembro de 2003 instituiu o Programa Segundo Tempo, com orçamento do Ministério da Educação por intermédio do fundo de fortalecimento da escola – FUNDAESCOLA e o fundo nacional de desenvolvimento da educação- FNDE. O PST surge para ser o carro chefe das políticas públicas de esporte a partir de uma parceria entre o ME (Ministério do Esporte) e o MEC (Ministério da Educação). O Programa era destinado a fomentar a prática de esporte entre estudantes de escolas públicas no ensino fundamental.

Os relatórios de balanço anual do Ministério do Esporte em 2003 também demonstram que o PST tem a intenção de complementar a carga horária escolar, para que o aluno matriculado tenha atividades por todo o dia.

O programa atende crianças de 7 a 17 anos, criando um turno a mais na escola, assegurando reforço alimentar e escolar, numa parceria com outros ministérios, em particular o da Educação e o da Segurança Alimentar (ME, Tomadas de contas, 2003).

Na intenção de ampliar o tempo de permanência assistida dos estudantes, a execução do Programa dependeria da efetivação de convênios. Estes, são parcerias construídas entre o Ministério do Esporte, estados, municípios e entidades federais, que seriam consideradas parceiras. As “entidades parceiras” deveriam demonstrar capacidade de gerir os recursos da União promovendo a implantação de núcleos que atenderiam os alunos no contra-turno escolar oferecendo atividades de esporte². Cada convênio firmado tem suas peculiaridades, um exemplo claro é que a conveniente poderia oferecer como contrapartida outras atividades, garantindo a presença de outros profissionais nos núcleos, como estagiários de pedagogia, monitores da área da saúde ou capoeira etc.

² Essas atividades seriam oferecidas em núcleos organizados para atender 100 (cem) crianças e jovens que se encontrariam em um espaço (escolas, associações de bairro, clubes, campos de futebol, quadras públicas, quadras particulares etc.) organizado pela parceira, um coordenador de núcleo (prioritariamente um profissional formado em Educação Física, contudo, em lugares que não existe esse profissional pode ser alguém com experiência em coordenação esportiva) e dois monitores (preferencialmente estudantes do curso de educação física, ou pessoas com experiência em atividades esportivas).



Os convênios garantem em seu planejamento verba para lanches aos participantes do Programa. Entretanto, o trabalho de Athayde (2009) demonstra que também existiram problemas com lanches que nem sempre eram ofertados a todos os convênios, ou por não saberem como executar as ações prescritas, (pois muitos municípios eram inexperientes com a descentralização de ações através de convênios ou consórcios) ou as entidades parceiras demoravam anos para efetuar a licitação e compra de lanches e o orçamento ficava desajustado para o valor do lanche. O convênio também garante a verba para o material de trabalho que deve ser licitado pela entidade parceira.

Essa política pública de esporte educacional produz, edita e distribui material técnico-didático para capacitação de recursos humanos. Em 2003, a capacitação dos profissionais do PST foi realizada por cursos de especialização e extensão semipresencial em parceria do Ministério do Esporte e o Centro de Educação a distância da Universidade Federal de Brasília. Tal parceria possibilitou a produção de nove cadernos de auxílio pedagógico para o coordenador e monitor de núcleo. Atualmente a capacitação se efetiva por Equipes espalhadas em todo país denominadas Equipes Colaboradoras.

O PST é uma ação governamental que possui diferentes eixos de ação como: firmar convênios com entidades parceiras; contratação de recursos humanos; compra de materiais e lanches; cursos de formação dos coordenadores e monitores de núcleo; organização dos espaços de funcionamento dos núcleos; e acompanhamento e avaliação das ações do Programa. O eixo de trabalho do curso de formação para os coordenadores e monitores de núcleos foi elencado para essa pesquisa que pretende *investigar o nível de participação dos coordenadores de núcleo do convênio PST/Sete Lagoas na Capacitação oferecida pelas ECs.*

Para cumprir o objetivo acima utilizamos a metodologia de coleta de dados através de entrevistas estruturadas que foram gravadas e transcritas. A transcrição foi então analisada gerando o quantitativo de participações e dados que, como veremos á frente, nos possibilita analisar a ausência na Capacitação. Durante todo o processo realizamos pesquisas bibliográficas utilizando as palavras chaves.

O PROGRAMA SEGUNDO TEMPO EM SETE LAGOAS

O atual convênio do Programa Segundo Tempo com a Prefeitura de Sete Lagoas apresenta 14 núcleos com 100 beneficiários cadastrados, sua vigência é de dezembro de 2011 até fevereiro de 2014, sendo a prorrogação concedida até à março de 2015.



Destes 14 núcleos, dois situam-se em bairros da zona rural do Município (Fazenda Velha e Barreiro, respectivamente). Dos núcleos da formação inicial presentes no Plano de Trabalho do convênio permanecem apenas quatro, e os demais núcleos foram fechados por questões de quantitativo de beneficiários frequentes que estava abaixo do mínimo exigido pelo Ministério do Esporte de 70 beneficiários. Além disso, o espaço físico utilizado não se adequava ao previsto nas diretrizes e também provocaram uma resistência nas comunidades em frequentar núcleos “abertos”, ou seja, equipamentos de esporte sem uma organização de vigilância e cuidados diários de limpeza e material. Esses dois fatores, encontrados nas falas dos entrevistados, levaram a troca de espaços de trabalho do Programa, bem como uma nova proposta de organização junto à nova comunidade. Verificando que os equipamentos escolares garantiam esse tipo de características, os novos espaços do Programa foram vinculados a outras escolas Municipais.

Nas escolas, o espaço físico utilizado é a quadra esportiva e, em alguns casos, são também utilizados espaços públicos como campos de futebol, quadras esportivas e um clube presentes nas comunidades e próximos às escolas.

Dos 14 coordenadores de núcleo que atuam no Município conseguimos entrevistar oito pessoas, sendo que sete são graduados em Educação Física Licenciatura e 1 em Educação Física Bacharelado. Apesar da formação acadêmica, é parte da execução do convênio firmado entre o Ministério do Esporte e a Prefeitura de Sete Lagoas o curso de capacitação oferecido pelas Equipes Colaboradoras.

Segundo Starepravo, et al. (2012) as EC's (Equipes Colaboradoras), no ano de 2012, eram formadas por 190 profissionais de 33 Instituições de Ensino Superior em diferentes regiões do país. Essas Instituições atuam em parceria com a SNELIS³ para acompanhar o processo de formação dos profissionais e monitoramento dos núcleos do PST. De acordo com os autores, o objetivo desta “Rede” de acompanhamento do Programa é “potencializar e qualificar as ações tanto administrativas quanto pedagógicas”, e as EC's são responsáveis por ações que vão desde pensar sobre o PST até a avaliação no cotidiano dos núcleos. Entre essas funções, cabe EC tentar garantir que todos os coordenadores e monitores de núcleo participem das ações.

³ SNELIS – Secretaria Nacional de Esporte, Lazer e Inclusão Social do Ministério do Esporte criada no ano de 2014.



Cada EC possui um coordenador, um vice-coordenador e um número de avaliadores que varia de acordo com a região atendida. Essas pessoas são graduados, mestres e doutores da Educação Física e áreas afins, ou seja, são estudiosos de diversas áreas do conhecimento. Esse grupo é distinto também quanto a sua localização, o que, de acordo com Starepravo et al (2012), amplia a diversidade epistemológica da Educação Física Brasileira dentro do PST. Entretanto, ainda de acordo com os autores, essa mesma diversidade constitui um desafio, que é o de “harmonizar pontos de vista tão diversos sobre o mesmo assunto” (STAREPRAVO et al, 2012, p. 136).

As EC's trabalham com a capacitação dos coordenadores e monitores do PST através de um curso presencial, ministrado, preferencialmente, após cerca de um mês que iniciaram os trabalhos nos núcleos e normalmente realizados nos próprios municípios sedes dos convênios. Nesse momento os avaliadores utilizam de metodologias programadas (como vídeos e textos do livro Oliveira e Perim (2009)) e também podem usar de outras fontes para tratar das diretrizes pedagógicas do Programa. Segundo o trabalho de Starepravo et al. (2012), os avaliadores das EC's julgam que a capacitação reflete diretamente nas ações desenvolvidas como: se relaciona ao desenvolvimento das aulas nos núcleos; a fundamentação teórica das ações; e a gestão dos núcleos. Ainda segundo o grupo das Ec's a capacitação possibilita: o contato com os coordenadores e monitores para retirada de dúvidas sobre o funcionamento do núcleo; os convênios percebem o respaldo do Ministério do Esporte; orientam o uso da plataforma⁴; favorece o cumprimento dos prazos dos convênios.

Como vimos a capacitação é um momento presencial e integrado com videoaulas sobre assuntos que compõem os fundamentos teóricos do PST. A capacitação pedagógica é direcionada aos coordenadores de núcleo e os coordenadores pedagógicos e setoriais⁵ e monitores do programa. Todos os convênios firmados são obrigados a participar da capacitação para desenvolver as atividades.

Rodrigues, et al. (2012) mostram que, quando o setor administrativo do Ministério do Esporte autoriza a ordem de início do programa, a EC realiza o contato com o convênio para agendar a capacitação entre os dias 30 e 60 contados a partir da data de funcionamento efetivo

⁴ A plataforma disponível online na área restrita do site do PST para preenchimento de dados dos núcleos e possíveis articulações com a equipe técnica do Ministério do Esporte.

⁵ O coordenador setorial é um profissional que só existe para convênios acima de 20 núcleos. Ele é responsável por regionalizar os acompanhamentos pedagógicos nos núcleos. O coordenador pedagógico é o responsável pelo acompanhamento pedagógico no núcleo.



das atividades do convênio. A estrutura física para a capacitação fica a cargo da entidade parceira, a parte logística (refeições, cronograma e outros aspectos organizacionais) fica a cargo do Ministério do Esporte e da entidade parceira, e, toda a parte pedagógica com relação ao que será ministrado fica por conta das EC's.

A capacitação é realizada em formato de temas que após apresentados, por palestras ou vídeos, servem de motivador para um debate com algum membro da EC responsável. Ao fim de dois dias de capacitação é realizada uma avaliação pedagógica⁶ que tenta verificar o nível de assimilação dos conteúdos.

Rodrigues, et al. (2012) perceberam que ao considerar o desempenho dos participantes na avaliação a média geral era de 84,65% de acertos, entretanto, nas avaliações *in loco*⁷ os avaliadores da EC tiveram outra percepção. Eles verificaram que os coordenadores e monitores dos núcleos ainda possuem dificuldade de transferirem o que aprenderam na capacitação para o cotidiano no desenvolvimento das aulas.

A Capacitação conta com momentos de debates e avaliações e almeja alcançar os coordenadores e monitores de núcleo para refletirem sobre suas práticas docentes, ou atuação, nos espaços do Programa. Entretanto, nem sempre a capacitação atinge o fazer cotidiano dos coordenadores de núcleo.

Na expectativa de contribuir com o debate acima, esse trabalho tem o objetivo de apresentar os resultados de entrevistas realizadas com os coordenadores de núcleo do PST/Sete Lagoas quando questionados sobre o curso de capacitação oferecido pelas ECs.

RESULTADOS

Analisando o panorama de Sete Lagoas, dentre os coordenadores entrevistados apenas dois coordenadores de núcleo não participaram da capacitação ofertada pelo Ministério do Esporte, sendo que, de acordo com as entrevistas, apenas um desconhece a existência do curso. Segundo este último:

Não houve um curso de capacitação. Foram chamados por currículo. Você entrega seu currículo na Secretaria de Esporte e ele é analisado. Isso é interno e eu não sei como funciona a capacitação de professores para atuar nos núcleos. Como coordenador de núcleo eu sei que é obrigatório você ter a licenciatura para estar atuando nos núcleos (COORDENADOR DE NÚCLEO 1).

⁶ Essa avaliação é composta de 80 questões nas quais devem assinalar verdadeiro (V) ou falso (F).

⁷ Avaliações realizadas por visitas das EC's durante o funcionamento das atividades nos núcleos do Programa.



O Coordenador 3 também não participou e afirmou que:

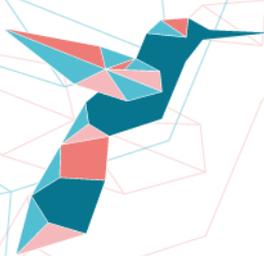
Existe o curso de capacitação, no entanto, eu venho de um processo de transição de Monitor para Coordenador. No momento em que eu era estudante eu era Monitor e esse curso de capacitação era obrigatório para os Coordenadores e, em questão da vida pessoal que era muito complicada, não deu para conciliar o curso que foi realizado em outra cidade. Com isso, no momento, eu ainda não tive a oportunidade de fazer o curso de capacitação do Segundo Tempo como Coordenador, mas aconteceu esse curso ano passado. (COORDENADOR DE NÚCLEO 3).

Os demais coordenadores reconhecem a existência do curso e participaram da Capacitação. O Coordenador de Núcleo 6 afirma que participou de capacitações realizadas em outros convênios do Município. O esclarecimento sobre a existência e participação no curso de maioria do grupo demonstra que a Capacitação atingiu um dos objetivos que é “oferecer a formação presencial aos coordenadores de núcleo”, embora sem atingir todos os profissionais o curso foi executado e reconhecido por quase todos do grupo.

O Coordenador de Núcleo 1, que não reconheceu o processo de formação, tem sua trajetória no PST diferente dos outros Coordenadores. Ele substituiu a pessoa que ocupava o cargo, e naquele momento a formação já havia acontecido para o convênio. Ilustrando melhor essa questão podemos avaliar o caso do Coordenador de Núcleo 8 que quando questionado sobre a participação na capacitação afirma: “Sim, houve quando eu entrei no lugar de outra professora. Assim que entrei, dei sorte porque eles estavam fazendo o curso, e participei”.

A fala acima ilustra que o curso tem uma data específica, próxima ao início do convênio, contudo, profissionais que substituem os coordenadores participantes não tem garantia de participação em um novo curso presencial. Embora a política pública de Capacitação dos coordenadores de núcleo do PST tenha atingido a maioria, ela ainda não conta com procedimentos eficazes para casos de profissionais substitutos que não participaram do curso. Esse fato é relevante para as formações de profissionais que atuam com políticas públicas de esporte, pois como avaliado por Alves e Teixeira (2013) é perceptível uma alta rotatividade dos monitores e coordenadores de núcleo do PST.

Devemos pensar em como diminuir essa rotatividade, pois ela interfere, inclusive, nos processos de qualificação e capacitação, ou seja, o monitor é capacitado, mas não tem obrigatoriedade de vínculo, pode receber uma oferta de outro estágio e aquele conhecimento vai ser aplicado em outra instituição. (ALVES; TEIXEIRA, 2013, p. 137).



Na opinião dos autores, o investimento de esforços para a transformação desse fato na política pública de formação para profissionais de esporte deveria ser na diminuição de rotatividade de coordenadores e monitores, contudo, avalio que esse é um fato desafiador. A permanência de profissionais em cargos está diretamente ligada a estabilidade, remuneração e ideologia da ação executada. O Programa Segundo Tempo é uma ação temporária, na qual os profissionais não tem estabilidade, ou seja, mesmo que exista uma ideologia na regência da ação dos coordenadores e monitores de núcleo, os vínculos de trabalho são frágeis e podem ser facilmente substituídos. Marcellino (2001), fala sobre os profissionais de lazer mostrando a necessidade de pensar em cargos efetivos para fortalecimento e permanência das políticas públicas de esporte e lazer nos municípios. Avalio que essa ideia aponta as necessidades dos coordenadores e monitores de núcleo do PST, para a garantia tanto da política pública de esporte quanto de um quadro de profissionais em processo de formação. Encaramos o desafio acima descrito como uma situação possível, mas que depende de uma coordenação de forças que leva tempo e recursos para tornar-se real.

Na tentativa de garantir que os coordenadores de núcleo tenham acesso aos conhecimentos que devem ser construídos durante a capacitação, o Ministério do Esporte produziu outro instrumento, as “vídeo-aulas” que apresentam os fundamentos pedagógicos do Programa. Esses vídeos são repassados do Ministério do Esporte para os convênios com o intuito de que, em reuniões de planejamento, os coordenadores de núcleo e monitores possam refletir sobre o PST. Entretanto, essa é uma ação que deveria ser realizada pela própria entidade parceira, o que não garante que todos os coordenadores terão acesso aos conteúdos da capacitação. E no caso de Sete Lagoas, o coordenador que substituiu não teve acesso as informações presentes na capacitação.

Não defendemos a ideia de que a capacitação seja fundamental para que os coordenadores de núcleo “saibam como trabalhar”. Como apresentado pelos coordenadores de Sete Lagoas, o Coordenador 1 assumiu as funções sem participar dos cursos e dois coordenadores afirmam que:

Houve (a capacitação), porém nós iniciamos com as aulas antes. Esse curso aconteceu no mês de outubro do ano passado e eu entrei para trabalhar em agosto, substituindo outro coordenador de núcleo. (COORDENADOR DE NÚCLEO 2)

Na verdade a capacitação foi feita a partir do momento em que nós já havíamos começado. (COORDENADOR DE NÚCLEO 7)



É notório que os núcleos podem funcionar com o saber prévio dos coordenadores, e a experiência com a graduação em educação física influencia essa habilidade dos coordenadores. Contudo, a pesquisa de Rodrigues, et al. (2012) e Ribeiro (2012) demonstram que, na prática cotidiana dos núcleos, tanto do Gestor Geral da Capacitação quanto os avaliadores das ECs, percebem que os coordenadores e monitores de núcleo tem dificuldades de transformarem o que aprenderam na capacitação em planejamentos e execução das aulas.

Segundo Rodrigues et al (2012) tal fato gera reflexão sobre outras possibilidades de capacitação, pois o que se verifica é que o curso de capacitação reproduz o modelo de formação da maioria dos cursos de graduação em Educação Física. Tal fato valoriza disciplinas teóricas, em outras palavras, no currículo da capacitação “o conhecimento flui da teórica para a prática, e a prática é entendida como aplicação dos conhecimentos teóricos” (RODRIGUES et al, p. 113, 2012).

Uma fragilidade apontada pelos autores à esse modelo é o entendimento de que a competência prática vira uma competência profissional só quando sua fonte de solução de problemas é o conhecimento científico. Para Rodrigues et al.(2012) um dos pressupostos que deveria reger a capacitação do PST é que o conhecimento da formação inicial também acontece no contexto da prática profissional. Concordamos que existem desafios para as políticas públicas de formação de profissionais do esporte e, entre esses está a prática profissional como locus privilegiado de conhecimento e a garantia de relações entre a prática cotidiana e as informações construídas durante a capacitação.

Também verificamos que o trabalho de Starepravo et al. (2012) apresenta, pela voz dos avaliadores das ECs, os pontos positivos da capacitação de coordenadores de núcleo. Segundo os avaliadores das ECs, durante a capacitação os coordenadores de núcleo, além de tirar dúvidas, compreendem melhor o sentido de planejar as ações de trabalho depois de um curso de capacitação. O Coordenador de Núcleo 5, entrevistado nessa pesquisa, corrobora com a informação acima, e segundo ele no curso de Capacitação “foram discutidas as diretrizes do Segundo Tempo onde nos foi passado o modelo de funcionamento, a realidade de outros lugares, as propostas que deram certo perante as diretrizes do Segundo Tempo. E a gente pode falar sobre as dúvidas e todas foram sanadas lá”. Já o Coordenador de Núcleo 3 mostra que

O programa coloca uma coisa muito fantasiosa que você tem que ter espaço, que você tem que ter o material (mas isso tem... tem muito material, você

recebe duas caixas só de material). Em outro núcleo que eu trabalhei tinha uma quadra na qual deveria dividir com o professor de educação física e com o programa Mais Educação e muitas vezes eles queriam que executasse o futebol e você acaba envolvendo com crianças que estão na escola. Eu cheguei ao ponto de ter que utilizar uma quadra porque cada lista de chamada tinha 38, 43 e 42 alunos... então misturava 42 alunos com mais 30 do Mais Educação imagina o que são 70 alunos numa quadra e ainda tinha a educação física. (COORDENADOR DE NÚCLEO 3).

O Coordenador de Núcleo 3 mostra que o ideal apresentado pelas diretrizes nem sempre acontece na prática e a Capacitação adquire um caráter de “fantasia ou sonho” que não condiz com a realidade vivida por esse Coordenador. Tal fato reitera a percepção de Rodrigues et al (2012) quanto a relação que distancia a prática da teoria nos momentos da capacitação. Percebemos que, de acordo com os coordenadores de núcleo, não existe um entendimento uniforme sobre a Capacitação no convênio de Sete Lagoas.

Percebemos que essas relações entre a prática cotidiana e as informações construídas no curso deveriam ser vivenciadas por todos, inclusive os coordenadores novatos. Ao entrarem em contato com as informações das Capacitações os coordenadores podem refletir sobre a amplitude dos eixos dessa política pública e, talvez, encarnar os conhecimentos em sua prática cotidiana.

CONCLUSÃO

As políticas públicas de formação de profissionais do esporte se concretizam em ações que apresentam desafios e avanços. O Programa Segundo Tempo, através das Capacitações, busca garantir a participação dos coordenadores de núcleo e construir reflexões sobre os temas: Fundamentos do PST; Fundamentos do lazer e da animação cultural; Corpo, gênero e sexualidade; Desenvolvimento e aprendizagem motora; Questões da deficiência e as ações no PST; Organização e desenvolvimento pedagógico do esporte no PST; Procedimentos metodológicos para o PST; Planejamento do PST.

No Município de Sete Lagoas contatamos que, quanto a participação dos coordenadores no curso, 75% dos entrevistados estavam presentes. E mesmo tentando garantir formas de repasse de informações, como as “vídeo-aulas”, existiu um coordenador em Sete Lagoas que não sabia falar sobre o curso de capacitação. Constatou-se que a questão principal que fragiliza a participação é a rotatividade de coordenadores no Programa.

THE PROGRAMA SEGUNDO TEMPO IN SETE LAGOAS: PARTICIPATION IN TRAINING COURSE

ABSTRACT

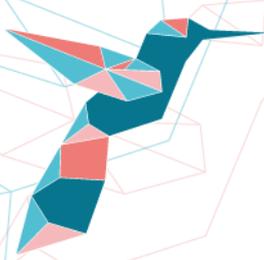
The Programa Segundo Tempo (PST) is an action of the Federal Government that works from the following areas: sign the agreements with partner organizations; hiring of staff; purchase of materials and snacks; training courses for engineers and core monitors; organization of the operating areas of the cores; monitoring and evaluation of program actions and other. Among these actions, the training courses for coordenadores and monitores (called training) happen in partnerships between the Ministry of Sport and groups of evaluators selected universities in the country, called Equipe Colaboradora (ECs). One of the goals of ECs is to enable the cores coordinators participate in the training and able to relate course information with your daily tasks. The scope of this article is to verify and analyze the level of participation of core coordinators covenant PST / Sete Lagoas in training offered by ECs. The methodology we list the literature review and interviews with eight core coordinators of the city. The interviews were transcribed and analyzed by content analysis technique. In the city of Sete Lagoas found that, on the participation of the coordinators in the course, 75% of respondents were present. And even with the attempt to secure information transfer forms, such as "video lessons", it appears that an engineer had no data about knowledge that training happen in the city. It was found that the main issue that weakened the participation of core engineers in training coordinators was the replacement process generating a turnover of professionals.

KEYWORDS: *Programa Segundo Tempo; Policesof formation in sport; Equipes colaboradoras*

PROGRAMA SEGUNDO TEMPO EEN SETE LAGOAS: PARTICIPACIÓN EN CURSO DE FORMACIÓN

RESUMEN

El Programa Segundo Tempo (PST) es una acción del Gobierno Federal que trabaja en las siguientes áreas: firmar los acuerdos con las organizaciones asociadas; contratación de personal; compra de materiales y refrigerios; cursos de formación para ingenieros y monitores centrales; organización de las áreas operativas de los núcleos; monitoreo y evaluación de las acciones del programa y otra. Entre estas acciones, los cursos de formación para ingenieros y monitores de núcleos (llamado formación) ocurren en las asociaciones entre el Ministerio de Deporte y grupos de evaluadores universidades seleccionadas en el país, llamado Colaboración Equipos (EC). Uno de los objetivos de los CE es permitir a los núcleos coordinadores participan en la formación y capaces de relacionar la información del curso con



sus tareas diarias. El objetivo de este artículo es verificar y analizar el nivel de participación de los coordinadores de núcleo pacto PST / Sete Lagoas en el entrenamiento ofrecido por EC. La metodología enumeramos la revisión de la literatura y entrevistas con ocho coordinadores principales de la ciudad. Las entrevistas fueron transcritas y analizadas por la técnica de análisis de contenido. En la ciudad de Sete Lagoas encontró que, con la participación de los coordinadores del curso, el 75% de los encuestados estaban presentes. E incluso con el intento de asegurar formas de transferencia de información, como las "lecciones de vídeo", parece que un ingeniero no tenía datos sobre el conocimiento de que la formación pasa en la ciudad. Se encontró que el principal problema que debilita la participación de los ingenieros principales de coordinadores de formación fue el proceso de reemplazo de la generación de un volumen de negocio de los profesionales.

PALABRAS CLAVES: Programa Segundo Tempo; Colaboración Equipos; la formación en la política pública en le deporte.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ALVES, V.; TEIXEIRA, D. Avaliando o Programa Segundo Tempo. In: GOELLNER, S.; SOARES, L.; CARVALHO, M. (org.). Programa Segundo Tempo: memória, experiências, avaliação e perspectivas no encontro das equipes colaboradoras. Maringá: Eduem, 2012. p.127-141.

ATHAYDE, P. F. A. Programa segundo tempo: conceitos, gestão e efeitos. 2009. 176 f.; Dissertação (mestrado em Educação Física) - Faculdade de Educação Física, Universidade de Brasília, 2009.

BRASIL. Ministério do Esporte. Tomadas de conta 2003 – In: <http://www.esporte.gov.br/arquivos/ministerio/relatorios/tomadacontas2003.pdf>. Acesso em: agosto de 2011.

MARCELLINO, N. Políticas de lazer. In: MARCELLINO, N. (Org.) **Lazer e esporte**. Campinas, SP: Autores Associados, 2001.

OLIVEIRA, A.; PERIM, G. Fundamentos pedagógicos do Programa Segundo Tempo: da reflexão à prática. Maringá: UEM, 2009.

RIBEIRO, S. O lazer na política pública de esporte: Uma análise do Programa Segundo Tempo. Dissertação (Mestrado): Universidade Federal de Minas Gerais, Escola de Educação Física, Fisioterapia e Terapia Ocupacional. Bibliografia: f. 118-130, 2012.

RODRIGUES, H. *et al.* O Programa Segundo Tempo e seu processo de Capacitação: análise e proposições. *Motrivivência*, nº38(Ano XXIV), p. 108 122, 2012.



**XIX
CONBRACE**
VI CONICE
08 a 13 de setembro de 2015
VITÓRIA-ES

TERRITORIALIDADE E DIVERSIDADE
REGIONAL NO BRASIL E AMÉRICA LATINA:
SUAS CONEXÕES COM A EDUCAÇÃO
FÍSICA E CIÊNCIAS DO ESPORTE

STAREPRAVO, F. *et al.* As Equipes Colaboradoras do Programa Segundo Tempo e suas contribuições para o desenvolvimento de uma Política de Esporte Educacional. *Motrivivência*, nº 39(Ano XXIV), p. 129 141, 2012.